

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 29/Abr

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3186 - Ano 2024



CNTV participa de reunião com a diretoria da FINTERVIG



Primeira reunião da diretoria da FINTERVIG após sua fundação, com a presença de sua diretoria, do presidente da CNTV, da União dos Vigilantes do Nordeste e do SINDSEGUR, sendo este o anfitrião, pois a sede da Federação está localizada em Natal. Foram discutidos vários temas em prol da categoria.

Os temas abordados incluíram a importância da Federação na atuação regional no Nordeste e sua contribuição para o Brasil. José Boaventura esteve presente, prestigiando e auxiliando na construção ao lado do assessor da CNTV, Iran

Marcolino, do presidente da FINTERVIG, Aloizio, do presidente do SINDSEGUR, Márcio Lucena, e do diretor Clésio Sales, que lideraram os temas.

Sindvig Petrolina-PE, Sindforte/PB, SindvigCG, Sindvig/PE, SINDFORTE/RN, SINDSEGUR, o sindicato do Piauí e o Sindicato do Maranhão também compõem a diretoria.

No final, a todos concordaram que é preciso estruturar a FINTERVIG para soma-la à luta dos companheiros vigilantes do Nordeste.

Fonte: SINDSEGUR RN

Comunicado importante aos Vigilantes de Niterói e regiões.



A Empresa de Segurança BSS encaminhou ao Sindicato dos Vigilantes de Niterói os comprovantes de pagamento feito aos vigilantes e a copia do contrato de prestação de serviços do evento do show do Roberto Carlos realizado nos dias 26 e 27/04/24 em Niterói.

A direção do Sindicato esteve no posto de serviço e se reuniu com os vigilantes e mostrou a todos o valor correto que teria que ser pago pela empresa.

No final do serviço ontem os vigilantes receberam da empresa via pix o valor correto previsto na CCT no tocante a diária do evento corretamente.

Agradecemos aos Vigilantes pela confiança na direção do sindicato e aproveitamos para comunicar as empresas que prestam serviços na nossa base territorial principalmente de eventos que a direção do sindicato vai está sempre presente e atenta aos pagamentos dos direitos dos trabalhadores que se encontra na CLT e na CCT.

Se descobrimos que houve alguma situação, vamos tomar as devidas providências junto ao MPT e MTE.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões.

CSP pode aprovar câmeras corporais obrigatórias para vigilantes



Relator Jorge Kajuru é favorável ao projeto apresentado pelo ex-senador Flávio Dino, ministro do STF
Pedro França/Agência Senado

A Comissão de Segurança Pública (CSP) se reúne na terça-feira (30), às 11h, para votar sete matérias, entre elas o projeto que obriga o uso de câmera corporal por vigilantes, que são profissionais de segurança privada. O objetivo do projeto de lei (PL) 285/2024, do ex-senador e atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, é prevenir e reduzir possíveis excessos do agente.

Em sua justificativa para a proposta, Dino lista casos de agressões e até de morte causadas por abusos da atividade de vigilância, como o assassinato em 2020 do cidadão João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos. Ele foi espancado por seguranças de um supermercado da rede Carrefour, em Porto Alegre (RS).

“A atividade é marcada por alguns casos de violência, abuso e suspeição em estabelecimentos privados... O uso de bodycams [câmeras corporais], em geral, está relacionado

à redução dos níveis desproporcionais de uso da força, ao fortalecimento dos mecanismos de controle e à melhoria da produtividade”, explica o ex-senador, citando publicação de 2023 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO), relator do projeto na CSP, emitiu parecer favorável, citando estudos que associam o uso de bodycams à redução de atos de violência por agentes de segurança.

“Esse tipo de medida recebe amplo apoio popular. Pesquisa do Datafolha demonstrou que, na cidade de São Paulo, 88% das pessoas são favoráveis ao uso de câmeras corporais pela Polícia Militar. Embora a pesquisa se refira a policiais, o resultado seria provavelmente equivalente se direcionado à utilização de câmeras por agentes de segurança privada”, complementa o relator.

Kajuru ofereceu uma emenda que estabelece prazo mínimo de armazenamento das imagens coletadas pelas câmeras e restringe o uso de câmeras aos agentes de segurança que tenham contato com o público, evitando a exposição de informações sensíveis das operações da empresa.

Depois da CSP, o projeto seguirá para a análise definitiva da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Fonte: Agência Senado

INFORME

O Presidente do SINTEVITRAVER e toda sua diretoria, vem por meio desta, comunicar a todos os nossos nobres amigos e amigas Vigilantes do Estado de Roraima, que hoje 26/04/2024, obtivemos uma grande vitória no que se trata da homologação da nossa convenção coletiva de trabalho, foi uma luta árdua, com muita determinação e compromisso, buscamos todos os meios cabíveis em lei para que isso viesse acontecer, mesmo com tantos impedimentos e até mesmo a oposição tentando fazer alguns “vigilantes” desacreditarem na atual gestão da nossa entidade sindical, não medimos esforços para buscar um resultado positivo para todos os pais e mães de família vigilantes do Estado de Roraima.

Essa vitória é de toda uma categoria que acredita sim na mudança, e que já têm visto bons resultados da atual gestão, resultados estes, que não se via e nem se ouvia falar há alguns anos atrás. Obrigado a todos que tem acreditado, todos que tem tido paciência para esperarem o momento certo por cada vitória. “Respeito, compromisso, força e Honra!”

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE RORAIMA

Bancos fecharam quase 4,2 mil postos de trabalho em um ano

Comparação entre o primeiro bimestre de 2023 com o mesmo período deste ano aponta grande redução de postos de trabalho no setor bancário; crescimento verificado nos dois meses do ano se deve à convocação de aprovados em concurso do BB



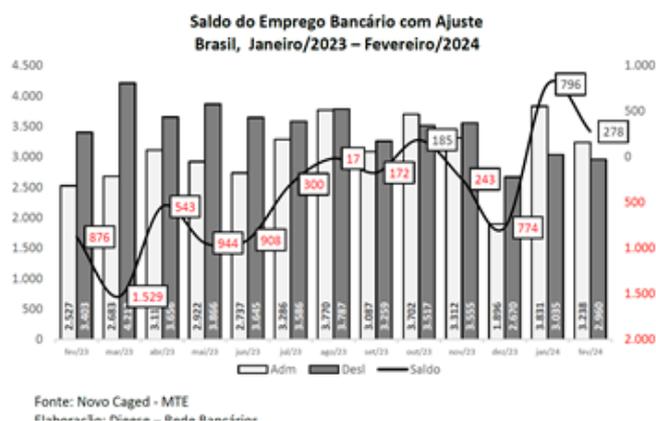
A Pesquisa do Emprego Bancário (PEB) Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), referente ao primeiro bimestre de 2024, com base nos dados do Cadastro Geral de elaborada pelo Departamento Intersindical de Empregados e Desempregados (Novo Caged),

aponta uma eliminação de 4.171 postos de trabalho bancário no acumulado dos últimos 12 meses.

Na análise dos dados dos dois primeiros meses de 2024, verifica-se uma abertura de 1.074 postos de trabalho. “O resultado positivo no bimestre é explicado por conta da convocação de aprovados em concurso do Banco do Brasil”, alertou o economista Gustavo Cavarzan, do Dieese. “Basta ver que a ampliação de vagas no período está associada, particularmente, à criação de vagas de ‘escriturário’. Se desconsiderarmos esta movimentação extraordinária, o saldo seria de 543 postos de trabalho a menos neste período”, explicou.

O secretário de Assuntos Socioeconômicos da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Walcir Previtale, também ressalta o risco da análise de aumento pontual de postos de trabalho bancário.

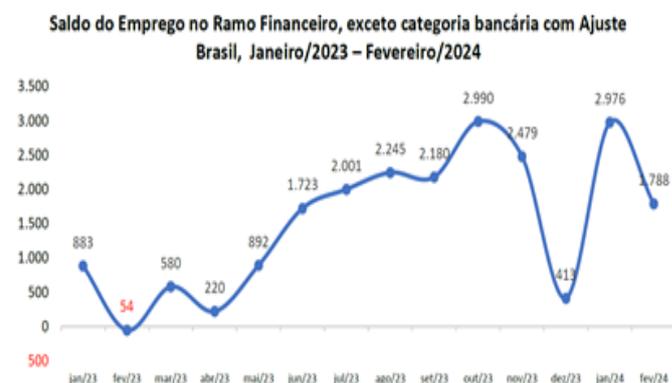
“A redução de postos de trabalho nos bancos já é uma constante. Em 2023, houve um pequeno aumento apenas no mês de outubro. Em todos os demais, houve redução. Então, apesar da recuperação econômica em andamento no país, e dos repetidos aumentos nos lucros dos bancos, é um erro achar que está havendo crescimento de postos de trabalho bancário”, observou.



Fonte: Novo Caged - MTE
Elaboração: Dieese - Rede Bancários

Realidade oposta

Mas, ao se analisar o saldo do emprego bancário no ramo financeiro, do qual o setor bancário faz parte, verifica-se uma realidade oposta. Mesmo com o setor bancário puxando o número de vagas para baixo, nos últimos 12 meses, foram criados 20,5 mil postos de trabalho no ramo financeiro, uma média de criação de 1,7 mil postos/mês, com destaque para as cooperativas de crédito e os securitários, que juntos criaram 16,3 mil postos de trabalho no período.



Fonte: Novo Caged - MTE
Elaboração: Dieese - Rede Bancários

O saldo no primeiro bimestre de 2024, excluindo a categoria bancária, foi de 4.764 postos de trabalho, quase seis vezes mais do que no mesmo período de 2023, novamente com destaque para o crédito cooperativo (+1.949 vagas), que desta vez é acompanhado pelos planos de saúde (+1.062 vagas).

Fonte: CONTRAF

Dia de luta por segurança no trabalho: centrais e entidades farão ato público em SP

O dia 28 de abril tem por objetivo reforçar a luta por condições de prevenção e segurança no trabalho. Ato será no centro de São Paulo com leitura de manifesto e atrações culturais



No dia 28 de abril é celebrado o Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho, data cuja importância se remete à conscientização e luta por condições de trabalho que sejam dignas, seguras e que promovam a saúde de trabalhadores.

A data tem origem no Dia Mundial de

Segurança e Saúde no Trabalho, instituído pela Organização Internacional de Trabalho (OIT), em 2003, em homenagem aos 78 trabalhadores que morreram na explosão de uma mina nos Estados Unidos, em 28 de abril de 1969. Foi aí então que a tragédia marcou o data como o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes do Trabalho e Doenças do Trabalho que, todos os anos, reforça a luta por segurança no trabalho.

No Brasil, a data foi instituída pela lei 11.121/2005, com o propósito de alertar a classe trabalhadora, órgãos oficiais e empresas para a necessidade de prevenção e segurança nos mais diversos ambientes de trabalho.

Dados do INSS registraram 603.825 mil acidentes e 2.694 óbitos relacionados ao trabalho no Brasil em 2023. Além das consequências na saúde do trabalhador e na vida de suas famílias os acidentes de trabalho causam impactos econômicos, reduzindo a produtividade.

“A luta pela saúde e segurança nos locais de trabalho é um imperativo fundamental em qualquer sociedade que valoriza seus trabalhadores. A saúde e o bem-estar dos trabalhadores não devem ser meros acessórios,

mas sim direitos inalienáveis que formam a base de uma relação justa entre empregador e trabalhador”, explica a secretária da pasta Saúde do Trabalhador da CUT, Josivânia Cruz Souza.

Em todo o mundo, milhões de pessoas se dedicam diariamente às suas atividades laborais, contribuindo para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. No entanto, diz a dirigente, “essa dedicação muitas vezes é colocada em risco devido a condições de trabalho precárias, falta de medidas de segurança adequadas e negligência por parte dos empregadores”.

Ela pontua que a saúde de trabalhadores e trabalhadoras é um direito fundamental que não pode ser subestimado. “Cada indivíduo tem o direito de trabalhar em um ambiente seguro, livre de riscos à sua saúde física e mental. Esse direito não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para garantir a produtividade e a sustentabilidade das organizações”, ela diz.

Luta que não cessa

“Nossa luta por melhores condições de saúde e segurança no trabalho tem sido uma batalha constante ao longo de nossa história e neste 28 de abril, dia voltado para denunciar as precárias condições de trabalho, as mortes e doenças que decorrem de processos e relações adoecidas e em memória as vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, reafirmamos nosso compromisso na luta por um ambiente de trabalho seguro e saudável onde a vida seja prioridade”, afirma Josivânia.

Além de atuar incessantemente por legislações, políticas públicas e ações que visem garantir esse ambiente seguro de trabalho como campanhas de prevenção, a CUT e outras organizações promovem, nesta data, todos os

anos, atividades para chamar a atenção para o tema. Em 2024 após quatro anos de atividades virtuais, o Fórum das Centrais Sindicais em Saúde do Trabalhador, do qual a CUT faz parte, realizará um evento presencial, em São Paulo, junto com diversas entidades, entre elas a Fundacentro.

O Ato Público Canto pela Vida, será realizado na Praça e Memorial Vladimir Herzog – Centro Cultural a Céu Aberto Elifas Andreato, ao lado da Câmara Municipal de São Paulo. Durante o ato será lido um manifesto sobre a data, assinado pelas diversas entidades que organizam a mobilização. (Veja abaixo)

“Estamos mobilizando os trabalhadores e trabalhadoras para se fazerem presentes e marcamos este momento de luta por melhores condições de trabalho com saúde e segurança”, diz a secretária de Saúde do Trabalhador da CUT, Josivânia Souza.

O ato ainda será incrementado com o tradicional encontro gastronômico cultural “Todo mundo tem que falar, cantar e comer!”; apresentação musical com o cantor Paulinho Timor, trazendo o Samba do Trabalhador.

Simultaneamente, haverá um almoço no formato “Quem pode, paga, quem não pode, pega”; e realização de uma obra coletiva com a marca das mãos dos participantes.

CUT em ação

A Central Única dos Trabalhadores está sem firme em sua missão de atuar na luta pela saúde e segurança no trabalho, pois, entende que não se trata de uma questão técnica ou legal, mas sim uma questão de dignidade humana.

“Cada trabalhador e trabalhadora merece trabalhar em um ambiente que respeite sua integridade física e mental, e cabe a todos nós trabalharmos juntos para tornar essa visão uma realidade, reforça Josivânia Souza.

Manifesto 2024

Para colocar a pauta em destaque, as organizações que apoiam elaboraram um documento em formato de manifesto contendo indicando as principais reivindicações nesta. Entre as principais estão:

- A garantia de ampla liberdade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras nos seus locais de trabalho visando à identificação de fatores de risco, tomada de medidas efetivas para sua eliminação, promoção de sua saúde e segurança e o fortalecimento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Assédio – Cipa;

- Uma real integração entre os diferentes ministérios, em especial o da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, com o núcleo central do governo federal assumindo a luta pela saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras como política de Estado prioritária;

- Democratização do processo de registro de condições de trabalho, acidentes e doenças, garantindo o direito de notificação e reconhecimento a qualquer cidadão;

- Fortalecimento da auditoria fiscal do trabalho em sinergia com a vigilância em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

Leia a íntegra do manifesto

“A Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora é um direito fundamental de cidadania reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização Mundial da Saúde (OMS). No entanto, a cada 15 segundos, uma pessoa morre no mundo por acidentes de trabalho. No Brasil, a cada 50 segundos, um acidente de trabalho é notificado.

Diante dessa realidade, o movimento internacional de trabalhadores instituiu o 28 de abril em memória dos trabalhadores e trabalhadoras vitimados pelo trabalho. A data remete a morte de 78 trabalhadores causada por explosão em uma mina nos Estados Unidos no dia 28 de abril de 1969.

No Brasil, entre 2012 e 2022, 6.774.543 acidentes do trabalho foram notificados no país, o que gerou 2.293.297 afastamentos acidentários. Esses acidentes resultaram em 25.492 mortes, equivalentes a aproximadamente uma morte a cada 3 horas e meia. São trabalhadores vitimados pela violência do trabalho.

Os dados citados abrangem apenas os acidentes registrados junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), deixando de fora todos os ocorridos com trabalhadores sem registro formal em carteira e com os servidores públicos estatutários. É importante ressaltar que mesmo entre os trabalhadores registrados, há uma significativa subnotificação, pois as empresas frequentemente deixam de reportar esses acidentes de trabalho. Essa subnotificação contribui para uma visão incompleta e subestimada da realidade dos acidentes de trabalho no país.

São casos como o de:

Leonardo A. Diniz: 33 anos, era casado e pai de um menino de 7 anos. Técnico em manutenção, estava de folga e foi convocado para o plantão. Assim como ele, mais 269 pessoas morreram no acidente de trabalho da Vale em Brumadinho/MG em 25 de janeiro de 2019.

Michel S. Bittencourt, 16 anos, era jovem aprendiz em uma empresa em Caxias do Sul/RS.

Seu primeiro emprego. Completando três meses, ele estava carregando peças de automóvel por meio de um elevador, que estava com o motor desativado. Ele usava uma corda para erguer essas peças, e foi nela que ele teria se enroscado e morrido em março de 2023.

José P. da Silva, metalúrgico, morto em maio de 2019 em Betim/MG, vítima da explosão de uma caldeira.

Robert K. S. de O. Nascimento, de 27 anos, morreu soterrado ao buscar a ferramenta que teria caído dentro da vala, certa quantidade de terra caiu e soterrou o jovem em Itabirito/MG.

Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil não querem mais morrer pelo trabalho tampouco não voltar para casa devido à negligência das empresas na garantia de um processo produtivo seguro e saudável. Não queremos mais deixar nossos filhos órfãos em consequência da ganância capitalista que sacrifica a vida em prol do lucro.

Basta de sofrimento e morte!

Maria C. Rios, assistente social, morta em novembro de 2018 em Fortaleza/CE, vítima de um acidente de trânsito.

Francisco C. do N. Silva, trabalhador de uma empresa terceirizada, em Pedreiras/MA, morreu após forte descarga elétrica em poste no dia 12 de abril de 2023.

Os números apresentados são impressionantes, mas estão muito longe da realidade. Infelizmente há muito mais por trás das estatísticas.

O risco de adoecimento e de morte colocado é uma ameaça iminente para todos, porém afeta de maneira desproporcional os segmentos mais vulneráveis da sociedade. O que antes era considerado exceção, como o trabalho informal, tornou-se a norma. Os mais pobres, com acesso limitado a moradia digna, saneamento básico, alimentação adequada, educação e saúde, enfrentam condições extremas de vulnerabilidade.

Vivem na informalidade, na precarização, no subemprego. Adoecem, acidentam-se ou morrem pelo trabalho, mas não são vistos como trabalhadores e trabalhadoras. São marginalizados e invisibilizados, tanto em vida quanto na morte, em uma cruel injustiça social que clama por mudança e justiça.

Basta de sofrimento e morte!

A Quebradeira de Coco Babaçu Maria J. Rodrigues, 78 anos, e seu filho, José do Carmo C. Júnior, de 38 anos, vítimas fatais esmagadas por árvore de palmeiras, no município de Penalva/MA.

O motoboy Murilo de Jesus, 19 anos, trabalhador informal, que perdeu a vida atingido por um ônibus.

Josenildo de Oliveira, 47 anos, caminhoneiro, trabalhador autônomo que morreu preso às ferragens.

As recentes e inúmeras alterações na legislação trabalhista promoveram a perda de direitos. A reforma trabalhista de 2017, com o trabalho intermitente e outros retrocessos, que continuaram ocorrendo. Só em 2020 foram mais de 20 mudanças. A flexibilização prevê acordos como a adoção de home office, antecipação de férias, uso de banco de horas, suspensão de contrato de trabalho.

Sofremos as consequências de um governo cruel e desumano entre 2019 e 2022, que também buscou enfraquecer e criminalizar os movimentos sindical e social, piorando as condições de trabalho.

Esse mesmo governo, com sua política negacionista, causou a morte de centenas de milhares de pessoas. Em três anos, a Covid-19 matou mais de 700 mil brasileiros, considerando apenas os dados oficiais. Quantas dessas vítimas se contaminaram no trabalho ou nos transportes coletivos lotados e inadequados? Quantos também estão invisibilizadas porque as estatísticas mostram que morreram pela Covid-19, sem correlacionar que a exposição no trabalho ou no acesso a ele foi fator determinante na contaminação? As estatísticas também não dizem, mas eram muitos, era a maioria. Portanto temos aí muita subnotificação de acidente de trabalho!

Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica de 63 anos, do Rio de Janeiro/RJ, primeira vítima do coronavírus infectada na casa da patroa.

Heidi Ferrer, infectada pelo coronavírus em 2020, nunca se recuperou e se suicidou em maio de 2021, aos 50 anos após desenvolver sequelas graves da Covid longa.

Basta de sofrimento e morte!

Não por acaso, em um país onde os trabalhadores e as trabalhadoras são invisibilizados pela informalidade e pela precarização, suas mortes pelo trabalho também ficam invisíveis para quem deveria ajudar a evitá-las.

Tatiane de O. Marcon, de 32 anos, morreu após cair de uma altura de aproximadamente 10 metros em um silo utilizado para secar amendoim na cidade de Marília/SP em março de 2023.

Octávio D. Júnior, comerciante, 44 anos, vítima de transtorno mental, por depressão, cometeu suicídio, mas antes também ceifou a vida da esposa, filho, mãe e a sogra, Porto Alegre/RS.

Nós não queremos mais que o processo produtivo de riqueza do Brasil continue privilegiando o lucro acima da saúde, da integridade física e da vida, dos trabalhadores e trabalhadoras.

O cenário atual de desemprego em massa e de informalidade apresenta um grande desafio ao movimento sindical na sua vocação: representar a classe trabalhadora no enfrentamento dos interesses de lucro do capitalismo.

O “capital” e os donos dos meios de produção são uma força bruta da sociedade, que se norteiam por princípios próprios e que não consideram as condições de vida e a saúde dos trabalhadores, de modo que uma situação negativa para os trabalhadores não necessariamente é indesejável para eles. Sempre haverá outros para substituí-los.

O que se apresenta é um desafio de projeto de sociedade, de novas formas de sociabilidade, com políticas sociais que amparem a classe trabalhadora enquanto o jogo cruel e desumano do capitalismo continua a rodar.

Não podemos mais aceitar com naturalidade tantas mortes como os desastres de Mariana e Brumadinho/MG, ou as ocorridas no desabamento de um auditório de empresa metalúrgica em Itapeverica da Serra/SP em 2022, onde nove trabalhadores morreram, e 28 se feriram, mas apenas 4 CATs (Comunicação de Acidente do Trabalho) foram abertas. Da mesma forma, não pode haver impunidade para a morte de um pai de família, motorista de aplicativo na Zona Leste de São Paulo, assassinado após ter sido violentamente atingido por um carro de luxo dirigido de maneira irresponsável.

Os trabalhadores e as trabalhadoras têm o direito de saber os riscos a que estão expostos e o direito de recusa. A nanotecnologia, por exemplo, traz riscos químicos, muitas vezes desconhecidos. Os novos arranjos de trabalho, como os das empresas em plataformas digitais, trazem velhos problemas como longas jornadas e condições extenuantes, com novas roupagens. As doenças relacionadas à saúde mental são a terceira maior motivação para afastamento do trabalho e atingem cada vez mais pessoas. Mas, muitas vezes, o nexo causal é desconsiderado.

É hora de unirmos esforços para que, com urgência, seja implementado um efetivo sistema de saúde e segurança, construído com uma ampla participação dos trabalhadores e trabalhadoras, das entidades sindicais e movimentos sociais, que contemple:

- A garantia de ampla liberdade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras nos seus locais de trabalho visando à identificação de fatores de risco, tomada de medidas efetivas para sua eliminação, promoção de sua saúde e segurança e o fortalecimento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Assédio – Cipa;
- Uma real integração entre os diferentes ministérios, em especial o da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, com o núcleo central do governo federal assumindo a luta pela saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras como política de Estado prioritária;
- Democratização do processo de registro de condições de trabalho, acidentes e doenças, garantindo o direito de notificação e reconhecimento a qualquer cidadão;
- Fortalecimento da auditoria fiscal do trabalho em sinergia com a vigilância em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Estabelecimento de uma rede de universidades e escolas técnicas que auxilie na formação de profissionais de saúde e segurança comprometidos com os reais interesses coletivos dos trabalhadores e das trabalhadoras;
- Garantia de um sistema previdenciário que respeite os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras adoecidos ou acidentados, destacando a necessidade de um tratamento respeitoso e justo por parte da perícia médica;
- Valorização do serviço público e realização de novos concursos, com destaque para a necessidade do fortalecimento da Fundacentro e a ampliação do seu corpo técnico.

Queremos que as relações e condições de trabalho neste país pautem como princípio fundamental a saúde do trabalhador e da trabalhadora como direito humano!

As mudanças que os trabalhadores e trabalhadoras precisam não são de cima para baixo ou fora para dentro, esse modelo limitado.

Portanto, soltamos nossa voz **“DE BAIXO PARA CIMA, DE DENTRO PARA FORA! VIVA O PODER POPULAR. BASTA DE SOFRIMENTO E MORTE! VIVA A VIDA!”**

Fonte: CUT - Escrito por: André Accarini

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF